

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA Q INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES – CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL



INFRAESTRUTURAS, USOS E
ATIVIDADES

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP3-PA5343

**Eixo de Suporte DED2 – Infraestruturas, Usos e Atividades
AP3 – Construção, Manutenção e Reparação Naval**

Efeito(s)

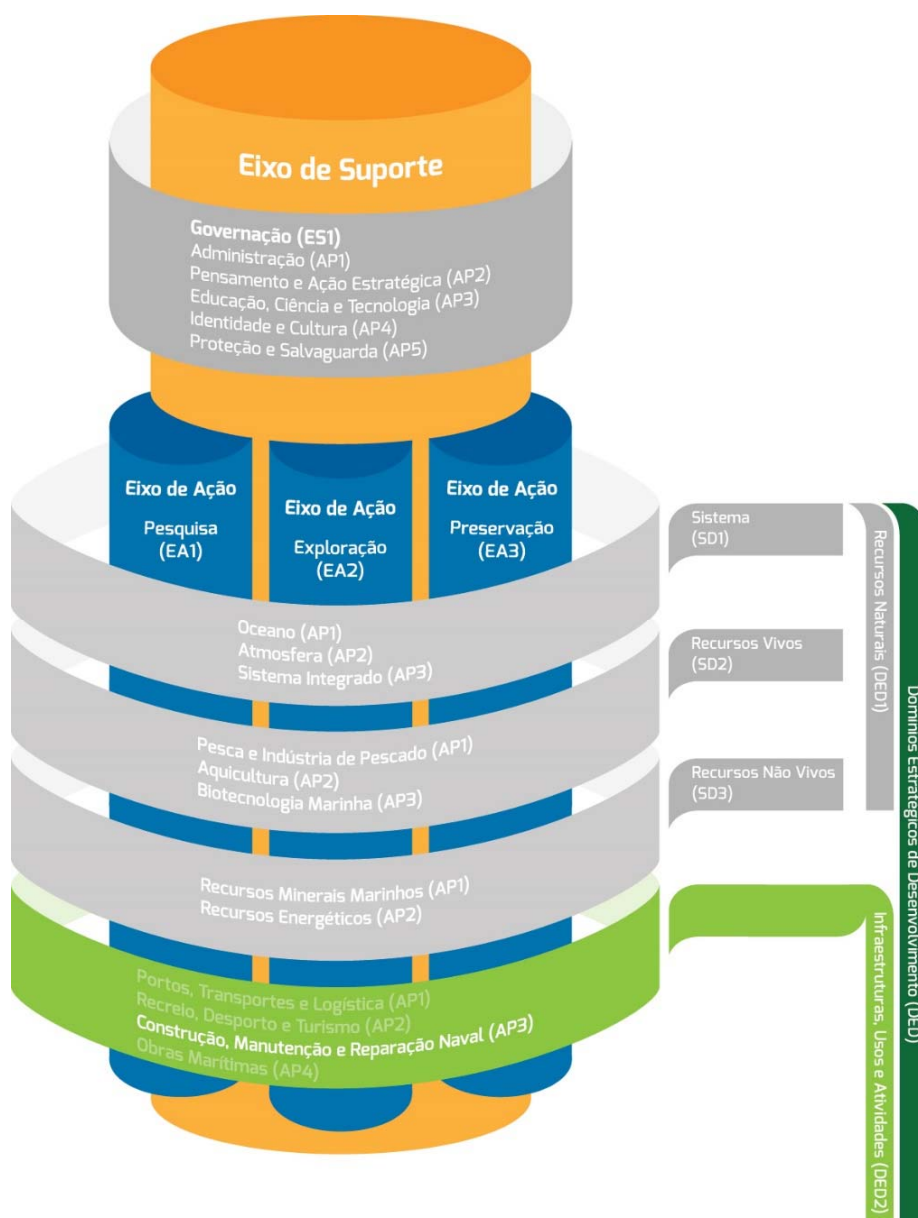
#1 – Capacidade de construção, manutenção, reparação e desmantelamento naval, internacionalizada e que contribua para a promoção das atividades marítimas ecológicas, através da redução de emissões de CO2 e da reciclagem dos materiais.

#2 – Capacidade de construção, manutenção e reparação naval, internacionalizada e inovadora, incluindo plataformas de construção e comercialização de meios e equipamentos, em apoio às necessidades das modernas atividades marítimas, nas águas interiores, costeiras e alto-mar.

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL

Capacidade tecnológica e produtividade da indústria naval	
	Regulamentação da Atividade de Engenharia Naval
	Criação de um Centro Tecnológico da Indústria Naval
	Desenvolvimento e Adaptação de Legislação sobre Segurança Marítima
	Reciclagem de Navios



Programa de Ação

Capacidade Tecnológica e Produtividade da Indústria Naval

P5343110 - Regulamentação da Atividade de Engenharia Naval
P5343111 - Criação de um Centro Tecnológico da Indústria Naval
P5343112 - Desenvolvimento e Adaptação de Legislação sobre Segurança Marítima
P5343113 – Reciclagem de Navios

Objetivos

Reforço da capacidade tecnológica e produtividade da indústria naval

Entidade Coordenadora

DGPM, articulará com a Associação das Indústrias Navais (AIN) e Ordem dos Engenheiros (OE), para efeitos de definir a coordenação.

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Direção-Geral do Orçamento (DGO)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Comunitários (DGAC)

Ministério da Defesa Nacional

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)
- Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte (CCDR – N)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Centro (CCDR – C)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo (CCDR – LVT)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Alentejo (CCDR – A)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Algarve (CCDR – ALG)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Gabinete de Planeamento e prospetiva (GPP)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Instituto Superior Técnico (IST)
- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR)

Outras entidades:

- Associação das Indústrias Navais (AIN)
- Ordem dos Engenheiros (OE)
- APOGER - Associação Portuguesa dos Operadores de Gestão de Resíduos e Recicladores

Resultados Esperados

- Incremento da qualidade e credibilidade da engenharia naval nacional no mercado internacional, com repercussões positivas na competitividade da indústria naval.
- Contribuir para aumentar o valor acrescentado e incorporação tecnológica a nível do produto, dos serviços prestados na indústria naval, bem como da capacidade de projeto naval e qualificação dos respetivos técnicos neste domínio.
- Contribuir para aumentar a competitividade da indústria naval nacional.
- Aumentar a segurança dos navios e embarcações.

Calendarização

2013 - 2016

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
QREN
FEEI
Horizonte 2020

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP3-PA5343-P5343110

Eixo de Suporte – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP – Construção, Manutenção e Reparação Naval

Efeito(s)

#2 –

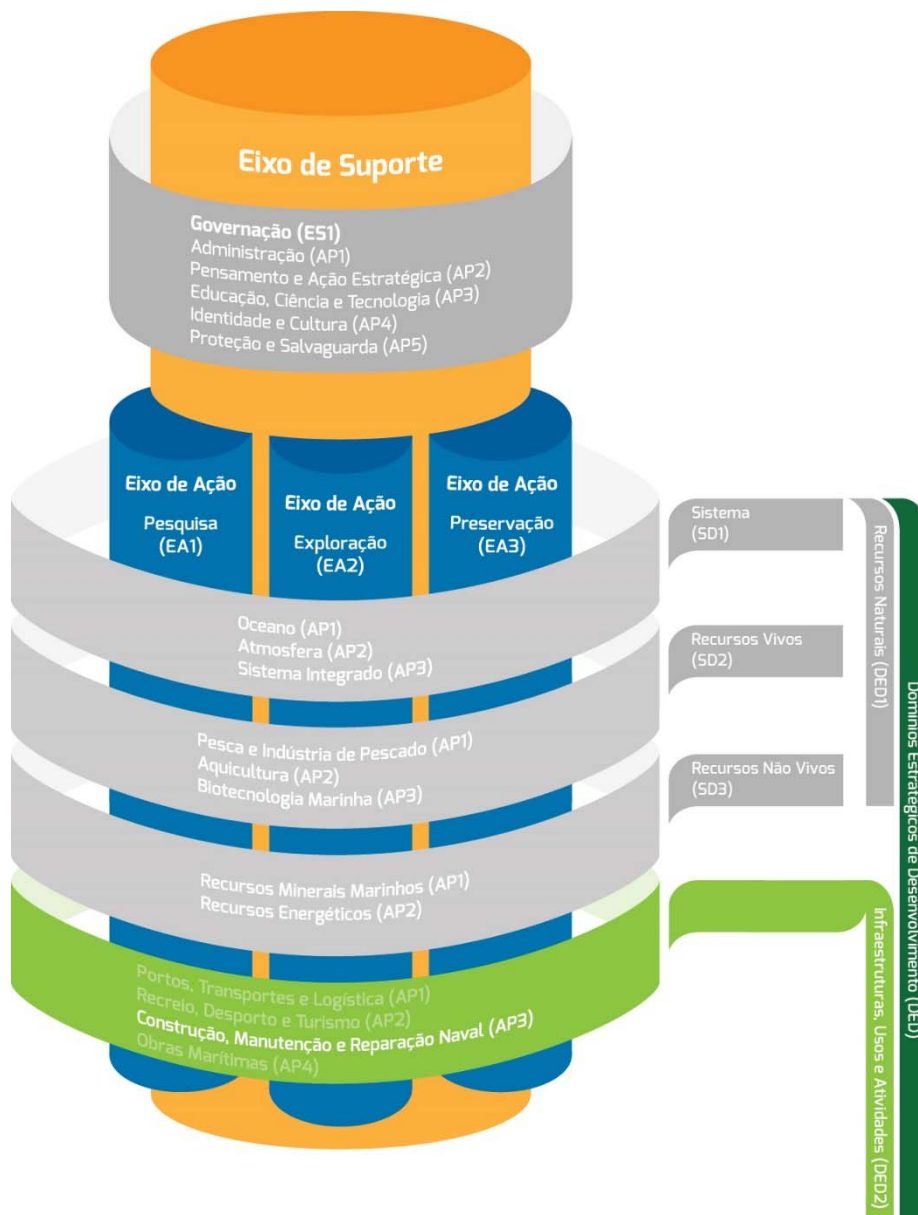
PA – Capacidade tecnológica e produtividade da indústria naval

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL

Capacidade tecnológica e produtividade da indústria naval

Regulamentação da Atividade de Engenharia Naval



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Regulamentação da Atividade de Engenharia Naval

Objetivos

Regulamentação da atividade de engenharia naval no que respeita à exigência de qualificações técnicas aos profissionais responsáveis pelos projetos, construção, modificação e reparação de navios e embarcações.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), articulará com a Ordem dos Engenheiros (OE) para efeitos de definir a coordenação.

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada**Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)**

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Outras entidades

- Ordem dos Engenheiros (OE)

Tarefas

Aprovação do projeto de decreto-lei sobre a matéria que foi sujeito a discussão e audição pública e cuja versão mais atualizada se encontra na DGRM.

Resultados Esperados

- Incremento da qualidade e credibilidade da engenharia naval nacional no mercado internacional, com repercussões positivas na competitividade na indústria naval.
- Incremento da segurança da vida humana e dos navios e embarcações no mar e proteção do meio ambiente marinho.

Calendarização

2013-2014

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE e orçamento de funcionamento das instituições não públicas envolvidas

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP3-PA5343-P5343111

Eixo de Suporte – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP – Construção, Manutenção e Reparação Naval

Efeito(s)

#1

#2

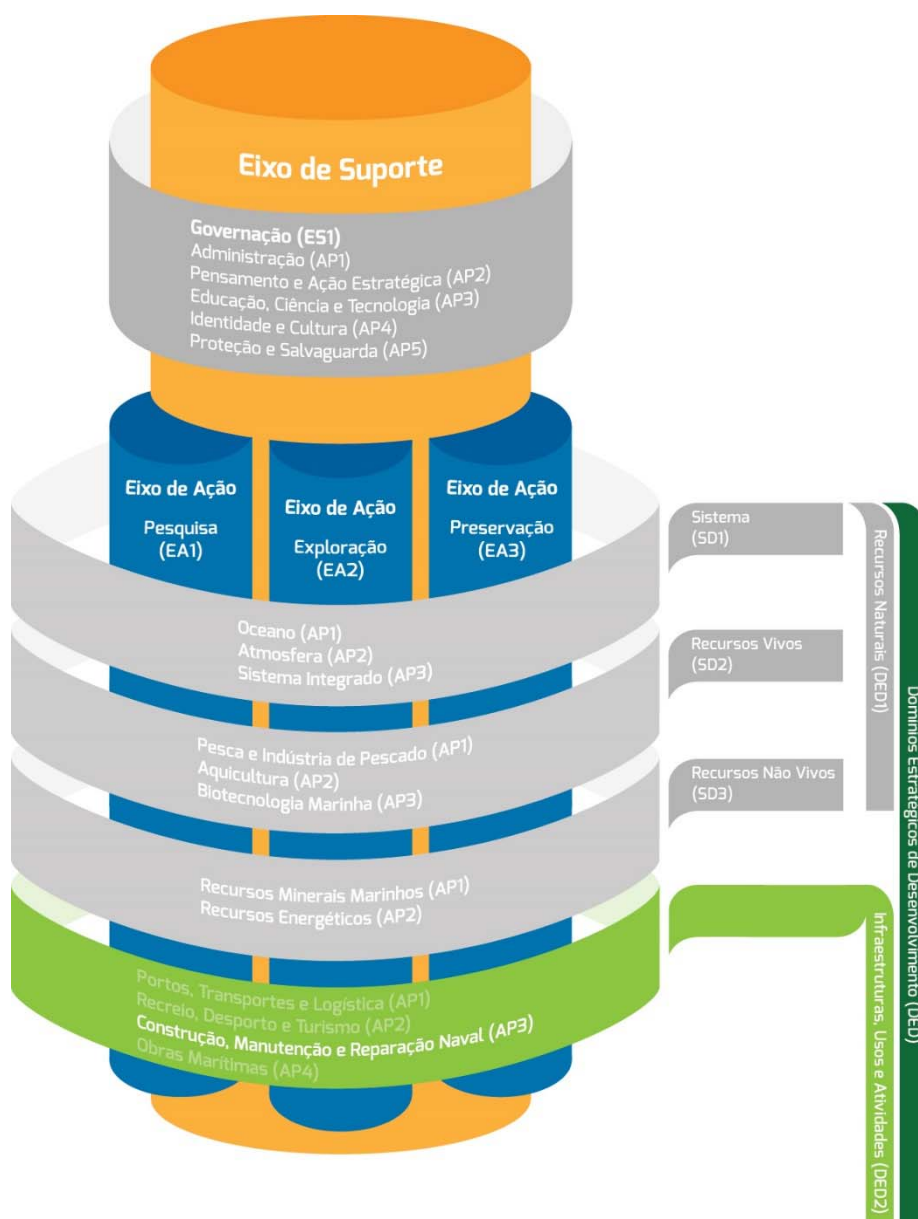
PA – Capacidade tecnológica e produtividade da indústria naval

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL

Capacidade tecnológica e produtividade da indústria naval

Criação de um Centro Tecnológico da Indústria Naval



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Criação de um Centro Tecnológico da Indústria Naval.

Objetivos

Desenvolvimento de um centro especializado na capacitação tecnológica para a indústria naval.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) articulará com a Associação das Indústrias Navais (AIN) para efeitos de definir a coordenação.

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Instituto Superior Técnico (IST)

Outras entidades:
- Associação das Indústrias Navais (AIN)
- Ordem dos Engenheiros (OE)

Tarefas

1. Identificação de oportunidades de incorporação nacional de materiais, componentes, equipamentos e serviços no sector naval (incluindo o sector do petróleo/gás, renováveis, mineração).
2. Desenvolvimento de um portal de fornecedores nacionais de materiais, componentes, equipamentos e serviços navais (incluindo aluguer de equipamentos).
3. Apoio aos fabricantes nacionais no desenvolvimento e certificação de materiais, componentes e equipamentos para o sector naval.
4. Desenvolvimento de um padrão de qualidade para subempreiteiros da indústria naval.
5. Fomento do desenvolvimento do projeto naval, incluindo o desenvolvimento de uma norma de projeto naval e de uma base de dados de competências em sectores especializados do projeto naval.
6. Fomento da investigação e desenvolvimento para a indústria naval em colaboração com unidades de investigação científica, com ênfase na melhoria da produtividade e na inovação tecnológica na indústria naval.
7. Ativação da formação profissional de operários e técnicos (manutenção, desenhadores, projetistas, instrumentação, metrologia).
8. Ações de marketing internacional, nomeadamente na qualidade de *Trading House*.

Resultados Esperados

- Aumento da incorporação nacional nas novas construções
- Aumento da qualidade dos serviços prestados na indústria naval.
- Desenvolvimento da capacidade de projeto naval.
- Qualificação dos técnicos de construção naval, com reflexo na qualidade da construção e reparação naval.

Calendarização

Operacionalização do centro tecnológico: 2013-2014
Desenvolvimento dos projetos: 2013- 2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Comunitário:
QREN
FEEI
Horizonte 2020

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP3-PA5343-P5343112

Eixo de Suporte – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP – Construção, Manutenção e Reparação Naval

Efeito(s)

#2

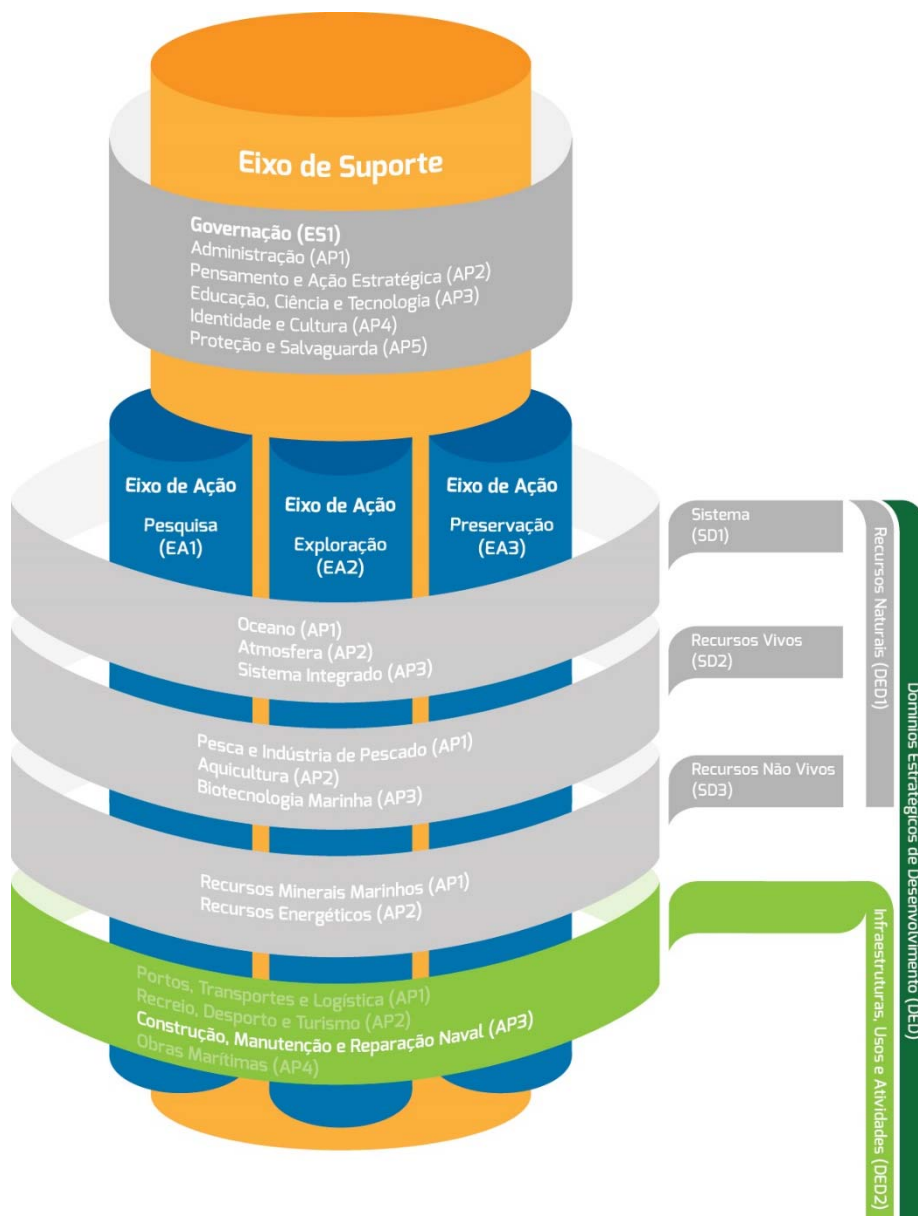
PA – Capacidade tecnológica e produtividade da indústria naval

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL

Capacidade tecnológica e produtividade da indústria naval

Desenvolvimento e Adaptação de Legislação sobre Segurança Marítima



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Desenvolvimento e Adaptação de Legislação sobre Segurança Marítima.

Objetivos

Desenvolvimento de legislação para ultrapassar as dificuldades emergentes da aplicação da Diretiva 98/18/CE do Conselho (atualmente 2009/45/CE), relacionada com regras de segurança em navios de passageiros em viagens domésticas, construídos em madeira ou materiais compósitos.

Inclusão dos rios e das albufeiras nacionais no âmbito da Diretiva 2006/87/CE, facilitando o desenvolvimento da navegação fluvial nos rios Tejo, Douro e Guadiana.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) articulará com a Associação das Indústrias Navais (AIN) para efeitos de definir a coordenação.

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Instituto Superior Técnico (IST)

Outras entidades:

- Associação das Indústrias Navais (AIN)

Tarefas

1. Desenvolvimento de legislação que permita a utilização de materiais não metálicos em embarcações de passageiros, muito dificultada pela Diretiva 98/18/CE (atualmente 2009/45/CE), cobrindo os seguintes aspetos:
 - a. Dimensionamento estrutural, incluindo com recurso a novos materiais derivados da madeira
 - b. Proteção estrutural contra incêndios
2. Estudo da categorização dos cursos de água portugueses com vista à sua inclusão na diretiva 2006/87/CE, e transposição da mesma para o direito nacional, com vista à sua aplicação formal em Portugal.

Resultados Esperados

- Aumento da competitividade da indústria naval nacional, dada a experiência já adquirida na construção de pequenos navios e embarcações em madeira e materiais compósitos.
- Aumento da segurança dos navios e embarcações nesses materiais.
- Diminuição de custos para os armadores nacionais que pretendem construir navios em materiais não metálicos ou navios destinados a navegação em águas interiores.
- Desenvolvimento da navegação fluvial no rio Douro, Tejo e Guadiana.

Calendarização

2013-2014

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE e orçamento de funcionamento das instituições não públicas envolvidas

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP3-PA5343-P5343113

Eixo de Suporte – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP – Construção, Manutenção e Reparação Naval

Efeito(s)

#1

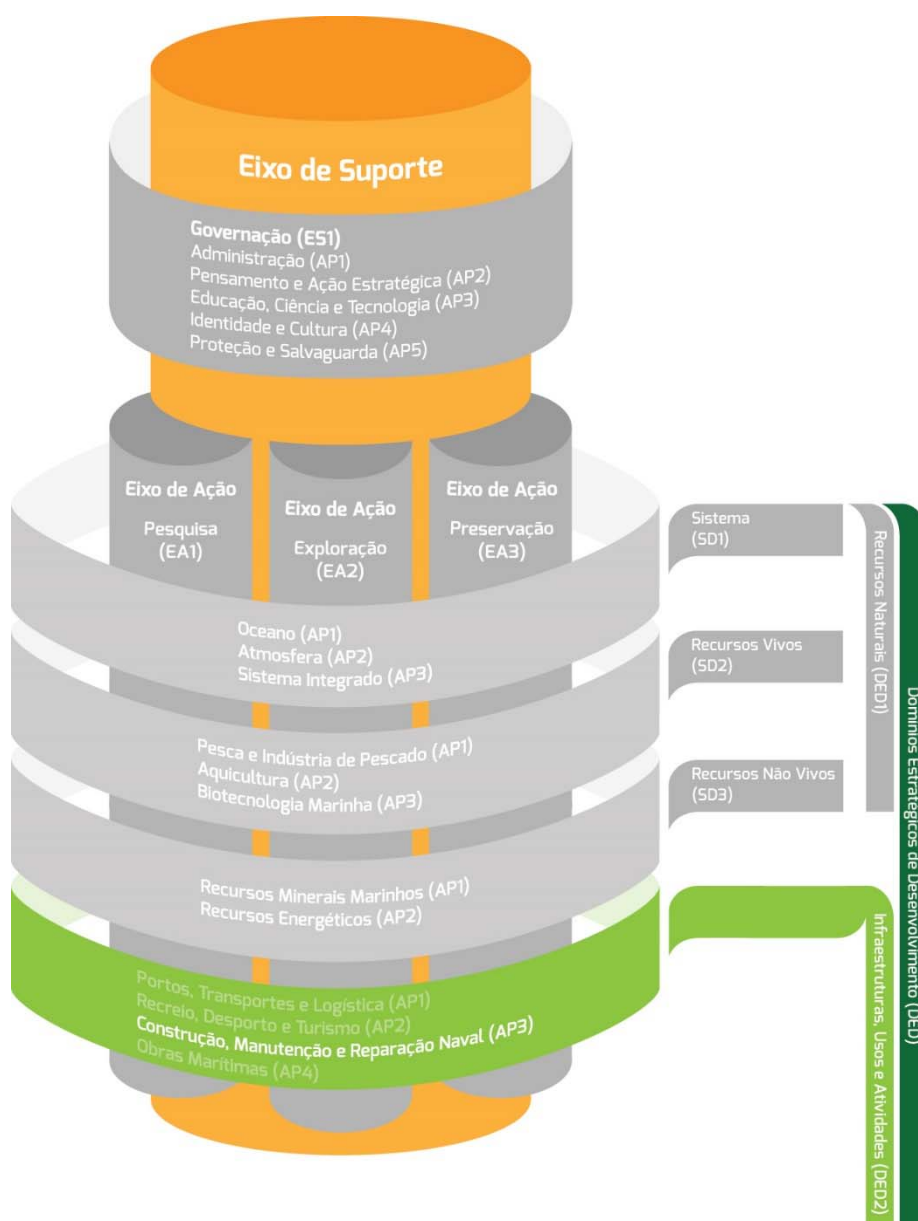
PA – Capacidade tecnológica e produtividade da indústria naval

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL

Capacidade tecnológica e produtividade da indústria naval

Reciclagem de Navios



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	-----------------

Projeto

Eciclagem de Navios

Objetivos

Avaliar a existência de constrangimento/oportunidades para o domínio da reciclagem de navios, em Portugal

Entidade Coordenadora

Direção-Geral da Política do Mar - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

Direção-Geral do Orçamento (DGO)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Direção-Geral dos Assuntos Comunitários (DGAC)

Ministério da Defesa Nacional

Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia (ME)

Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)

Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ)

Instituto da Mobilidade e do Emprego (IME)

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia (MAOTE)

Agência Portuguesa do Ambiente

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte (CCDR – N)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Centro (CCDR – C)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo (CCDR – LVT)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Alentejo (CCDR – A)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Algarve (CCDR – ALG)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - coordenação

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Gabinete de Planeamento e Prospetiva (GPP)

Ministro da Educação e Ciência (MEC)

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR)

Outras entidades:

AIN - Associação das Industrias Navais

APOGER - Associação Portuguesa dos Operadores de Gestão de Resíduos e Recicladores

OE - Ordem dos Engenheiros

Tarefas

- Aferir as oportunidades/constrangimentos da reciclagem de navios a nível nacional, designadamente os decorrentes da aplicação do Regulamento Comunitário relativo à Reciclagem de Navios.
- Identificar os instrumentos de financiamento que podem ser aplicáveis à atividade de reciclagem de navios.
- Avaliação de novas necessidades de mercado no domínio da reciclagem de navios, particularmente em matéria de inovação e numa lógica de análise de ciclo de vida.
- Adaptação a mercados mais exigentes ao nível de requisitos ambientais e tecnológicos.

Resultados Esperados

Documento técnico

Calendarização

2013-2014

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE e orçamento de funcionamento das instituições não públicas